

Milei amplia proibição de linguagem inclusiva a toda a administração

Porta-voz afirma que 'perspectivas de gênero têm sido usadas como negócio da política'; medida reverte prática anterior

O governo do presidente argentino, Javier Milei, estendeu a proibição do uso de linguagem inclusiva para toda a administração nacional do país, informou ontem o porta-voz presidencial Manuel Adorni. Antes, a decisão havia sido aplicada nas Forças Armadas e em to-

dos os órgãos do Ministério da Defesa, segundo uma resolução publicada na página da Presidência na última sexta-feira.

Em entrevista coletiva, Adorni afirmou que o governo "iniciará procedimentos para abolir a linguagem inclusiva e a perspectiva de gênero em toda a administração pública na-

cional". O porta-voz também declarou que "a língua que contempla todos os setores é o espanhol", e que o assunto faz parte de "um debate" de que o governo não irá participar porque considera que "as perspectivas de gênero também têm sido usadas como negócio da política, e isso não tem discussão".

SEM 'CABAS' OU 'SOLDADXS'
Conforme as novas diretrizes, "não se poderá usar a letra 'e', o arroba, o 'x' (para citar o gênero) ou evitar inclusões desnecessárias do feminino em todos os documentos da administração pública". No caso das Forças Armadas, não será permitido o uso de "sargenta" ou "caba" para as mulheres, ou "soldadas" e "soldados" para pessoas não binárias. A re-

solução foi assinada na última sexta-feira pelo ministro da Defesa, Luis Petri.

Milei, que se refere a si mesmo como um "libertário -anarcocapitalista", nunca escondeu sua oposição à linguagem inclusiva e ao que ele se refere como "ideologia de gênero". De acordo com o presidente, isso faz parte da "doutinação" do "marxismo cultural", um suposto movimento para reverter a ordem social no Ocidente.

No governo do presidente Alberto Fernández (2019-2023), a linguagem inclusiva foi promovida nas comunicações de distintas repartições públicas, e o próprio mandatário chegou a utilizá-la em várias ocasiões.

A Argentina foi pioneira no uso de linguagem inclusiva na região, e algumas universidades a vêm habilitando desde 2017. Em 2021, o governo criou o documen-

to nacional de identidade para pessoas não binárias.

—Vamos pouco a pouco tornando possível o que parecia impossível. O ideal será quando todos e todas sejam "todes" e a ninguém lhe importe o sexo das pessoas. —disse ele em uma ocasião.

DIREITO HUMANO
Fernández voltou a usar a linguagem inclusiva em outro ato no Museu do Bicentário, em Buenos Aires, quando a comparou a um direito humano.

—Os direitos humanos são direitos essenciais de homens e mulheres, de todos e "todes" —disse.

A forma adere a resoluções da Unesco que recomendam a seus Estados-membros evitar o emprego de termos que se refiram apenas a um sexo, a menos que se trate de medidas positivas a favor das mulheres.

Ucrânia: aliados rejeitam possibilidade de enviar tropas

Anteontem, presidente francês declarou que ideia 'não podia ser excluída'; Rússia diz que decisão levaria a um confronto direto

A Rússia afirmou, ontem, que um possível envio de soldados para a Ucrânia "não convém" ao Ocidente, em resposta a uma declaração feita na véspera pelo presidente francês, Emmanuel Macron, de que não descartava um potencial envio de tropas ocidentais para auxiliar Kiev no conflito. A fala causou inquietação na própria França e entre líderes europeus, que apesar do apoio financeiro e militar à Ucrânia, rejeitam o envio de tropas terrestres. A Otan e o governo dos EUA, principal integrante da aliança militar, também afastaram a ideia.

—Nesse caso, teríamos que falar não de uma possibilidade, mas da inevitabilidade [de tal confronto] —disse o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, ao ser questionado se a presença de forças ocidentais levaria a um confronto direto entre a Rússia e a Otan. —E esses países têm [...] que se perguntar se [o confronto com a Rússia] é de seu interesse e, acima de tudo, se é do interesse de seus cidadãos.

SEM APOIO
Segundo Peskov, o simples fato de Macron ter levantado essa possibilidade supõe "um novo elemento muito importante" na guerra, que completou dois anos no último fim de



Manifestantes participando de uma manifestação em Londres por fim da invasão da Ucrânia pela Rússia. Conflito completou dois anos no sábado

semana. A fala citada pelo russo ocorreu anteontem em uma conferência de apoio à Ucrânia em Paris. No encontro, o presidente francês afirmou que fará "tudo que for necessário para garantir que a Rússia não vença essa guerra".

—Não há consenso, hoje, para enviar tropas terrestres, mas nada deve ser excluído —declarou. —A Rússia está adotando uma atitude mais agressiva não apenas na Ucrânia, mas contra todos nós em geral.

Como previu o Macron, nenhum líder dos países da Otan, a principal aliança militar do Ocidente, saiu publicamente apoiando a ideia. O primeiro-ministro britânico, Robert Fico, disse que há países "prontos para mandar seus próprios soldados para a Ucrânia", sem citar nomes. Mas ontem, Alemanha, Espanha, Polónia, Reino Unido e EUA, que lideram a aliança, se disseram contra a hipótese.

O presidente [Joe] Biden deixou claro que os EUA não enviarão tropas para lutar na Ucrânia", disse, em comunicado, a porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, Adrienne Watson. Segundo ela, Biden acredita que o "caminho para a vitória" é o Congresso aprovar a ajuda militar "para que as tropas ucranianas tenham as armas e munições de que necessitam para se defender" contra a invasão russa, referência ao pacote de US\$ 60 bilhões parado na Câmara.

À AFP, uma autoridade da Otan afirmou ontem que a aliança e seus membros "estão prestando assistência sem precedentes à Ucrânia, mas não há planos para enviar tropas de combate para o terreno na Ucrânia".

Pelo Artigo 5 do Tratado do Atlântico Norte, falar da Otan, um ataque contra um país significa um ataque contra todos os membros. O mecanismo foi acionado uma vez, após os atentados do 11 de Setembro

Vencedor do Nobel, Oleg Orlov é condenado à prisão na Rússia

Ativista dos direitos humanos foi julgado por denunciar a invasão à Ucrânia

Um tribunal russo condenou ontem o principal ativista dos direitos humanos no país, Oleg Orlov, a dois anos e meio de prisão por denunciar o ataque da Rússia à Ucrânia. O homem de 70 anos, uma figura-chave do grupo Memorial, vencedor do Prêmio Nobel, é mais recente alvo da repressão do Kremlin.

O tribunal determinou a culpa de Orlov e ordena uma sentença de dois anos e seis meses numa colônia penal de regime geral —disse o juiz.

Enquanto veredicto era lido, o ativista de óculos e cabelos brancos piscou para sua esposa, a também ativista Tatiana Kasatkina. Ele foi levado sob custódia do tribunal. Cerca de 200 apoiadores esperavam no corredor, do lado de fora.

Orlov disse à AFP numa entrevista recente que não se iludia sobre o resultado do processo. Após um primeiro julgamento, ele foi multado sob acusação de desacreditar o Exército russo numa coluna na publicação on-line francesa Mediapart. Os promotores pediram que o caso fosse a juí-

após considerarem a multa uma punição branda.

Enquanto outros ativistas fugiram da repressão crescente, Orlov permaneceu na Rússia, onde disse ser "mais útil" do que no exterior.

PREMIAÇÃO 2022
A Memorial, organização internacional de defesa dos direitos humanos da qual faz parte, estabeleceu-se como um pilar fundamental da sociedade civil russa, preservando a memória das vítimas da repressão comunista e fazendo campanha contra violações.

A organização foi oficialmente dissolvida pelas autoridades russas no final de 2021 e ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2022, juntamente com um importante grupo de direitos humanos ucraniano e um veterano ativista bielorrusso.

O dissidente tornou-se um dos mais ruidosos críticos do Kremlin e da ofensiva contra a Ucrânia. Até as audiências de seu primeiro julgamento, entre junho e outubro de 2023, foram usadas por Orlov como plataforma contra o conflito na Ucrânia, denunciando uma "guerra que destrói o futuro". O Kremlin descreveu-o como agente estrangeiro no



Na mira do Kremlin. O ativista Oleg Orlov comparece a um tribunal de Moscou

início deste mês, um rótulo que lembra o termo "inimigos do povo" da era soviética.

A perseverança foi a marca registrada do dissidente, que denunciou a tendência autoritária do seu país desde que as tropas soviéticas foram enviadas ao Afeganistão, durante a invasão em 1979. A ONG documentava e preservava a memória de milhões de vítimas da repressão soviética para evitar que a Rússia repetisse os mesmos erros. Paralelamente, investigava violações dos direitos humanos no caso da década de 1990.

Ele passou os últimos anos na Memorial, tentando preservar seu trabalho apesar de um Estado russo cada vez mais hostil. Orlov prometeu continuar a luta mesmo que, como ele próprio admitiu, os seus empregados tivessem mais horrores de trabalhar "em semiclandestinidad".